



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

Registro: 2015.0000236441

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0006632-82.2008.8.26.0189, da Comarca de Fernandópolis, em que é apelante BENEDITO APARECIDO MASOLA (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado CLEUZA APARECIDA GOES DA SILVA (ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA).

ACORDAM, em 35ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores MELO BUENO (Presidente), MORAIS PUCCI E FLAVIO ABRAMOVICI.

São Paulo, 13 de abril de 2015.

Melo Bueno

RELATOR

Assinatura Eletrônica



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

COMARCA: FERNANDÓPOLIS

APELANTE: BENEDITO APARECIDO MASOLA

APELADA: CLEUZA APARECIDA GOES DA SILVA

INTERESSADA: MUNICÍPIO DE MACEDÔNIA

JUIZ: ADÍLSON VAGNER BALLOTTI

VOTO Nº 33400

**ACIDENTE DE VEÍCULO – AÇÃO
INDENIZATÓRIA - Colisão entre automóvel e
trator, com o falecimento de passageiro do
automóvel – Culpa exclusiva do motorista do
trator, preposto do réu, configurada – Danos
morais – Quantum mantido - Ação parcialmente
procedente – Recurso desprovido.**

Apelação contra a r. sentença de fls. 392/395, integrada às fls. 413 por acolhimento de embargos declaratórios, que julgou parcialmente procedente ação de indenização por danos morais decorrente de colisão entre automóvel e trator, com falecimento de passageiro do automóvel, e improcedente, em face do Município de Macedônia. O apelante, proprietário do trator, sustenta, em suma, que o Município de Macedônia deve ser solidariamente responsabilizado pelo pagamento da indenização pleiteada, por ter sido seu funcionário, motorista do automóvel, o responsável pelo acidente. Subsidiariamente, requer a redução do montante indenizatório moral.

O recurso (fls. 422/429), que é tempestivo, foi processado, mas não respondido.

É o relatório.

O recurso não merece acolhida.

Trata-se de acidente de trânsito ocorrido no dia 16.08.05, por volta das 06 horas na Rodovia Cândido B. Estrela, sentido Macedônia/Mira Estrela, ocasião em que o automóvel *Fiat Uno Mille*, conduzido por *Joaquim Fernandes da Silva*, então funcionário da Prefeitura de Macedônia e proprietária do automóvel, veio a chocar-se com a parte traseira da carreta do trator *Massey Fergusson MF275*, operado por *Silvio Marcos Datorre*, então preposto do apelante e proprietário do trator; sendo que, dessa colisão, faleceu, no local, um dos passageiros do automóvel, *Vanderlei Ribeiro da Silva* (fls. 12), o qual era esposo da apelada (fls. 11).

O apelante assevera que o evento danoso se deu por conduta imprudente do motorista do automóvel, *Joaquim*, eis que ele, pessoa inexperiente, estaria dirigindo em velocidade superior à permitida na rodovia (80 km/h), e não estaria com a lanterna acesa porque o dia já estava amanhecendo. Para tanto, transcreveu trechos de alegado parecer ministerial e de acórdão proferido na esfera criminal.

No entanto, não lhe assiste razão. Com efeito, de acordo com o conjunto probatório, notadamente a prova pericial técnica elaborada pela Polícia Civil local (fls. 23/30; laudo complementar – fls. 38/39), considerou-se que o automóvel *Fiat Uno* '*desenvolvia uma velocidade mínima de 80 km/h, podendo a real aproximar-se desta*' (fls. 38), vindo a concluir que: "*A ausência de lanternas de posição de cor vermelha, lanternas de freio e faixas reflectivas na região traseira da carreta agrícola, bem como no Trator Massey Fergusson que tinha lanterna na capota inoperante, prejudica a visibilidade do veículo que vem atrás*" (fls. 26). Por sua vez, a prova testemunhal (fls. 163/165 vº; 166/168; 169/170 vº) não teve o condão de infirmar tais conclusões, mormente porque nenhuma das testemunhas presenciou o acidente.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO

35ª Câmara de Direito Privado

Ademais, restam imprestáveis, como meio de prova, as transcrições feitas pelo apelante nas razões recursais referentes a um alegado processo criminal decorrente desse mesmo acidente, seja pela ausência das cópias integrais dos trechos transcritos, a fim de se analisar todo o contexto, mas, sobretudo, por se cuidar de prova unilateralmente produzida, sem que a apelada pudesse exercer o contraditório.

Posto isto, forçoso reconhecer que o acidente ocorreu por culpa exclusiva do preposto do apelante, operador do trator, razão pela qual este tem o dever de indenizar os danos extrapatrimoniais causados à apelada, em decorrência do falecimento de seu ente querido, conforme disposto nos artigos 186, 927 e 932, III, todos do CC. E, a verba indenizatória moral, fixada em R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), deve ser mantida, eis que foram levados em consideração os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reparar a ofensa à esfera extrapatrimonial da apelada e, ao mesmo tempo, não servir de meio a proporcionar o enriquecimento ilícito; ressaltando-se, inclusive, tratar-se de valor aquém do que esta C. Câmara comumente arbitra em casos semelhantes.

Deste modo, a r. sentença deve ser mantida, por seus próprios fundamentos.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso.

FERNANDO MELO BUENO FILHO
Desembargador Relator